

PRODUÇÃO DE SABERES PARA A PRÁXIS PEDAGÓGICA NA EJA: DIÁLOGOS SOBRE A REALIDADE SOCIOESPACIAL DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE VALE DO JIQUIRIÇÁ

Aline dos Santos Lima¹

Resumo

Este artigo pretende discutir, à luz da Geografia, os nexos entre o modo de produção capitalista, os movimentos sociais e a espacialidade local e global que se materializam no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá. Espera-se que a problemática abordada possa contribuir teórico-metodologicamente com o processo de compreensão da realidade concreta pelos professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA) ao tempo que possa ajudá-los a produzir metodologias e materiais didáticos condizentes com o fazer de sala de aula vivenciado nessa modalidade da educação. A construção metodológica do trabalho pautou-se na revisão de literatura sobre a geografia e a produção do espaço geográfico mediante a realização do trabalho humano. Acrescenta-se, ainda, um breve apontamento sobre movimento social no âmbito da Geografia. Essa reflexão inicial somou-se ao levantamento de dados, indicadores e informações sobre o Vale do Jiquiriçá com o propósito de apresentar a geografia história daquela região à luz das contradições do modo de produção capitalista.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, IF Baiano, Vale do Jiquiriçá.

INTRODUÇÃO

Muito se tem produzido acerca da importância da qualidade da formação do profissional professor para a garantia do direito de aprendizagem dos estudantes. Entretanto, seguimos a perceber que os cursos de formação iniciada de professores, em sua grande parte, não contemplam componentes curriculares que preparem esses sujeitos para o exercício profissional na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e, quando sim, o fazem de forma aligeirada e/ou descontextualizada (MALTA, 2018).

Com o propósito de contribuir com a formação continuada de professores que atuam ou irão atuar em experiências de trabalho junto aos tempos da juventude e vida adulta foi proposto o Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) intitulado “A aprendizagem ao longo da vida: formação continuada de professores da EJA/Proeja no Vale do Jiquiriçá”². A participação, na

¹ Doutora pelo Curso de Geografia da Universidade Federal da Bahia – UFBA, aline.lima@ifbaiano.edu.br

² O Curso FIC “A aprendizagem ao longo da vida: formação continuada de professores da EJA/Proeja no Vale do Jiquiriçá”, proposto pela Prof. Ms. Arlene Andrade Malta, foi aprovado e ofertado no âmbito do Programa de Fomento às Ações de Extensão do IF Baiano/Programa Pró-Extensão 2018/Edital Interno nº 01/2018. O Curso, com carga horária de 80hs, foi estruturado em 10 módulos, quais sejam: Escolarização e Cidadania; Os sujeitos da EJA e currículo; O Legado de Paulo Freire para a EJA enquanto Educação Popular; Os Movimentos Sociais e

condição de professora-formadora, do quarto módulo – “Os Movimentos Sociais e Fóruns de EJA enquanto produtores de saberes para a práxis pedagógica” – motivou a construção desse texto.

Tal experiência confirmou que muitos professores estão preocupados em encontrar caminhos que aproximem os alunos da realidade vivida e atribuam sentido aos conteúdos escolares (CAVALCANTI, 2010). Contudo, estabelecer nexos analíticos entre o movimento da sociedade e a realidade concreta não é tarefa simples, especificamente entre aqueles que estão atuando com a EJA, modalidade da educação que abarca homens e mulheres que vivenciam trajetórias de negação e cuja reprodução social está atrelada a realização de atividades socialmente desvalorizadas (URIPA, 2009).

Partimos do pressuposto que a formação de conceitos geográficos contribui com um processo de ensino-aprendizagem, pois relaciona temas da espacialidade local e global dos temas da especialidade vivida no cotidiano (CAVALCANTI, 2010). Sendo os estudantes da EJA vítimas de processos históricos que os cercearam do direito à conclusão da educação básica e de uma formação profissional de qualidade (IF BAIANO, 2019) é imperativo que lhes seja ofertado uma escolarização que, para além de mantê-los dentro dos muros da escola, respeitem seu tempo formativo e sua compreensão de mundo. Mas, antes disso, é fundamental a qualificação dos professores dessa modalidade educacional no tempo em que desenvolvem o seu fazer no cotidiano vivido nas escolas e salas de aula (MALTA, 2018).

Diante da necessidade de pensar coletivamente o ato pedagógico e de retroalimentar a prática pedagógica na perspectiva de transformação social (MALTA, 2018), nos foi exigido colaborar com a formação e atuação de professores do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá³ que lecionam na EJA. O desafio acatado tenta articular, de forma contextualizada e à luz da construção de um modo de pensar geográfico, o que seria movimento social e suas expressões.

Fóruns de EJA enquanto produtores de saberes para a práxis pedagógica; Os processos de ensinar e de aprender na EJA; Organização e práticas educativas em EJA; Gestão, participação e currículo: avanços democráticos na EJA; Análise de experiências exitosas na EJA; e Sistematização de saberes.

³ Os Territórios de Identidade são a regionalização do estado da Bahia desde 2007. Trata-se de uma política implementada na esfera nacional, a partir de 2003, no âmbito da então Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) ligada ao antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O objetivo dos Territórios de Identidade é a implantação de políticas de desenvolvimento rural sustentável com a participação social, sendo o critério de delimitação a autoidentificação, portanto, baseados na identidade e no pertencimento dos grupos sociais. Na Bahia, existem 27 unidades territoriais, dentre as quais o Território de Identidade Vale do Jiquiriçá formado por 20 municípios, são eles: Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafayette Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (SEPLAN, 2015).

Nesse bojo, o presente trabalho tem o objetivo de sistematizar, à luz da Geografia, os nexos entre o modo de produção capitalista, os movimentos sociais e a espacialidade local e global que se materializam no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá. Espera-se que a problemática abordada possa contribuir teórico-metodologicamente com o processo de compreensão da realidade concreta pelos professores da EJA ao tempo que possa ajudá-los a produzir metodologias e materiais didáticos condizentes com o fazer de sala de aula vivenciado na EJA.

A construção metodológica do trabalho pautou-se na revisão de literatura sobre a geografia e a produção do espaço geográfico mediante a realização do trabalho humano. Acrescenta-se, ainda, um breve apontamento sobre movimento social no âmbito da Geografia. Essa reflexão inicial somou-se ao levantamento de dados, indicadores e informações sobre o Vale do Jiquiriçá com o propósito de apresentar a geografia história daquela região à luz das contradições do modo de produção capitalista.

A GEOGRAFIA, O ESPAÇO E O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Segundo Ruy Moreira, a “sociedade é o tema verdadeiro da geografia. E ela estudá-la á a partir daquilo que é a expressão material visível da sociedade: o espaço”. Contudo, o autor adverte que “a sociedade, porém, não é uma sociedade de homens iguais: é uma sociedade de classes sociais” (MOREIRA, 1987, p. 68). Uma vez que a Geografia acompanha e faz parte do cotidiano das pessoas, ou seja, é uma realidade objetiva, seu significado político não está definido. Assim, o estudo da sociedade através do espaço pela Geografia pode ser descritivo (aparência) ou explicativo (essência). Dito de outra forma, a geografia “pode [tanto] servir para tornar os homens cidadãos esclarecidos (...) [quanto] servir para aliená-los” (MOREIRA, 1987, p. 58).

A opção aqui adotada é pela supressão da Geografia enquanto “disciplina simplória e enfadonha”⁴ em prol da construção de um “saber estratégico em mãos” dos educadores populares. Com isto, espera-se que os sujeitos possam compreender os movimentos da

⁴ De acordo com Yves Lacoste, “todo mundo acredita que a geografia não passa de uma disciplina escolar e universitária, cuja função seria a de fornecer elementos de uma descrição do mundo”. Portanto, descrita como “uma disciplina simplória e enfadonha” tal qual exposto no primeiro capítulo da obra “A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra” (LACOSTE, 1989, p. 21). Contudo, o autor conclama os profissionais da Geografia para uma posição militante contra a instrumentalização desse campo do saber pelos interesses do Estado e do capital.

sociedade a partir do lugar, ou seja, mediante o entendimento de que os fenômenos acontecem no mundo, mas ocorrem temporal e territorialmente na escala local (CAVALCANTI, 2010).

Para tanto, é preciso abandonar a “geografia dos professores” – aquela cuja função tem sido “mascarar a importância estratégica dos raciocínios centrados no espaço” – e passar a “saber pensar o espaço para saber nele se organizar, para saber ali combater” (LACOSTE, 1989, p. 31; 189-195). É preciso construir uma Geografia que sirva para desvendar máscaras sociais, como já sinalizou Ruy Moreira.

Neste sentido, em concordância com Milton Santos, “o espaço que nos interessa é o espaço humano ou espaço social, que contém ou é contido por todos esses múltiplos de espaços”. Ou seja, o espaço que interessa é o humano não porque é habitado pelo homem, mas porque é transformado pela dimensão do trabalho (SANTOS, 2002, p. 151).

Segundo Ruy Moreira, o espaço geográfico é a “materialidade do processo do trabalho”. Em qualquer forma de sociedade, o processo do trabalho é a “transformação da natureza em produtos úteis aos homens [com a finalidade de] reproduzir homens vivos, isto é, manter os homens vivos”, pois “o fato de que os homens necessitam comer, vestir, proteger-se e incorporar graus crescentes de conforto à sua existência impele-os ao trabalho” (MOREIRA, 1987, p. 79; 85-87).

Diante dessa discussão, cabe lembrar os pressupostos da existência humana e da história problematizados por Karl Marx e Friedrich Engels. Esses autores, constataram que

(...) todos os homens devem ter condições de viver para poder ‘fazer a história’. Mas, para viver, é preciso antes de tudo beber, comer, morar, vestir-se e algumas outras coisas mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material; e isso constitui um fato histórico, uma condição fundamental de toda a história (...) para manter os homens com vida (...) uma vez satisfeita a primeira necessidade, a ação de satisfazê-la é o instrumento já adquirido com essa satisfação levam a novas necessidades (MARX & ENGELS, 1998, p. 21-22).

Ocorre que o processo de trabalho se define a partir “do modo como os homens configuram entre si as forças produtivas”. Nas sociedades primitivas ou sociedades naturais, a terra é o “meio universal de trabalho”, ou seja, havia “uma unicidade orgânica entre o homem e a natureza. O ritmo do trabalho e da vida dos homens repte o ritmo da natureza. Desse modo, a terra é a “despensa primitiva e o arsenal primitivo. Trabalhando-a tiram os homens seu sustento e os instrumentos com os quais produzirão meios de subsistência e instrumentos de trabalhos novos”. Por isso, a “natureza-terra é a condição da produção-reprodução das relações

entre os homens. Seu controle é a base do poder sobre os homens” (MOREIRA, 1987, p. 71-78).

O mundo já não é formado por uma “sociedade natural”. Hoje, embora haja diferenciações espaço-temporais, somos parte de uma “sociedade histórica”. Como desdobramento desse processo, o capital separou o homem da natureza, produtores e produtos, trabalho manual e trabalho intelectual. Essa separação foi historicamente construída, ou seja, ela não é natural. A Geografia ensinada nas escolas⁵ contribuiu e continua contribuindo para incutir nos corpos e nas mentes a naturalização desse processo. Em outras palavras, conferiram uma naturalidade dessas relações para “chegar à consciência dos homens como sendo normal” (MOREIRA, 1987, p. 78).

A ruptura entre a sociedade natural e a sociedade histórica tem como marco a expropriação da terra (MARTINS 1979, GERMANI, 2005). A expulsão compulsória dos povos do campo constitui a base de todo processo da produção capitalista. Uma mostra desse processo é problematizada no cordel do sergipano José Antônio dos Santos, ao contar em rima que

Já sabemos que o homem/ Lá pela antiguidade/ Era livre e da floresta/ Supria a necessidade/ A floresta era de todos/ De ninguém propriedade/ Até que um certo dia.../ Disse um historiador:/ - Alguém cercou um pedaço/ De terra para ser senhor/ E os outros idiotas/ Acreditaram no impostor/ Um outro grupo de espertos/ A terra também cercou/ As tribos entraram em guerra/ O conflito se acirrou/ E o vencedor da guerra/ Ao vencido escravizou (SANTOS, 2007, p. 4).

Na sociedade capitalista, àqueles que são destituídos dos meios de produção (especialmente da terra), resta à proletarização, pois “uma parte dos homens somente possui sua própria força de trabalho (...) e a outra parte possui o conjunto das condições materiais do trabalho” (MOREIRA, 1987, p. 71).

A expropriação da terra e a expansão do capitalismo, transformou o trabalhador em trabalhador livre. Para a ideologia capitalista, o ser livre ou a liberdade está assentada “no processo de expropriação dos meios de produção dos trabalhadores”, ou melhor, é estar livre de todos os meios de produção (OLIVEIRA, 2007, p. 36).

⁵ A escola é um dos mecanismos utilizados pela classe dominante para reprimir o poder popular. Segundo CEAS (1999, p. 118), “o discurso ideológico da classe dominante, difundido pela escola e pelos meios de comunicação social, que encobre a oposição de interesses existentes na sociedade e leva o oprimido a sentir-se um beneficiado daqueles que o oprimem e a ter os mesmos desejos, as mesmas atitudes da classe dominante”.

Com o advento do trabalho livre, um pode vender e outro pode comprar a força de trabalho. Ou seja, a sociedade capitalista instituiu a igualdade formal (jurídica) entre o burguês e o operário (MARTINS, 1979, p. 145-146) ao eliminar a livre propriedade do trabalhador. Passa, então, a existir uma relação multilateral na qual o contrato de trabalho envolve o vendedor de trabalho (ofertante), o comprador de trabalho (demandante) e as organizações (estatal e sindical) que produzem as regras e convenções coletivas (RAFFESTIN, 1993, p. 32-33), pois, de fato, a “relação capitalista de produção [...] pode nascer e reproduzir-se somente quando no mercado se encontram o produtor transformado em trabalhador livre” (QUAINI, 1979, p. 66).

Por isso, a relação social capitalista é uma “relação baseada na liberdade e na igualdade, pois somente pessoas livres e iguais podem realizar um contrato. Um contrato de compra e venda da força de trabalho”. Liberto (ou desprovido) dos meios de produção, resta ao trabalhador vender sua força de trabalho mediante as regras estabelecidas pelo comprador (dono do capital). Nesse processo, “a força de trabalho torna-se propriedade econômica do capitalista, algo que pertence ao capital e não ao trabalhador” (OLIVEIRA, 2007, p. 36-37).

BREVE DIGRESSÃO SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS

A imposição da lógica do capital não se deu sem conflitos. Diante dessa assertiva, estamos convencidos que “uma mudança social efetiva nunca será um presente oferecido pelos que estão no poder, e sim uma conquista do povo. Essa conquista implica num enfrentamento de poderes: o poder do povo se opondo ao poder dominante” (CEAS, 1999, p. 113). Essas reflexões são necessárias para os sujeitos que pretendem colocar-se de fato a serviço do movimento popular na busca de uma sociedade mais justa e mais humana, tal qual os professores que trabalham com a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Neste sentido, é fundamental problematizar como se conforma o poder popular. O poder do povo “se revela no ato de enfrentar seus adversários” e se consolida “utilizando uma série de instrumentos” (CEAS, 1999, p. 114). Um desses instrumentos se origina a partir do que se denomina como movimento social que pode, ou não, desembocar na criação de instituições representativas.

Os movimentos sociais podem ser definidos como “grupos movimentando-se na defesa de interesses comuns”, sendo que, apresentam “algumas características próprias”, tais como: nascem de uma necessidade sentida por todo um grupo; produzem uma união entre os membros que dispensa uma grande organização; desfazem-se quando atingem o objetivo ou constatarem a

impossibilidade de atingi-lo; vão resolvendo os próprios problemas a partir da escala local e dos pequenos grupos; são espontâneos e se organizam na medida em que surgem demandas; possuem uma consciência clara quanto ao objetivo visado e menos clara quanto as implicações políticas mais gerais; pela sua própria natureza, favorecem politicamente a constituição de uma democracia de base, opõem-se a direção centralizada, abrem espaço político para problemas da vida pessoal e buscam uma maior integração entre vida privada e vida pública (CEAS 1999, p. 115-116).

A noção de movimento social também pode ser compreendida como uma forma de organização da classe trabalhadora, tomando-se por base os grupos populares, ou as camadas populares ou ainda os setores populares que constroem estruturas, desenvolvem processos, organizam e dominam territórios das mais diversas formas (FERNANDES, 1999; 2001).

Para a socióloga Ilse Scherer-Warren, citada por Fernandes (1999, p. 109-110), para a formação de um movimento social é necessário a existência de alguns fatores como pré-requisitos, ou seja, é preciso que se desenvolva um processo de elaboração e interação dos fatores objetivos e dos fatores subjetivos”. Para a autora, o fator objetivo seria o reconhecimento coletivo de um direito e a formação de identidades. Já o fator subjetivo, seria o reconhecimento de sua dignidade humana, que sempre foi solapada nas classes subalternas e tem suas raízes no sistema escravocrata e colonial.

Já para Alberto Melucci, citado por Alentejano (2007, p. 99), há uma grande dificuldade de conceituar movimento social dada a confusão e o perigo “de misturar eventos de protesto e organização de protesto com movimentos”. Assim, movimento social seria uma forma de “ação coletiva baseada na solidariedade, desenvolvendo um conflito, rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação, o que o distingue de outras manifestações, como a delinquência, as reivindicações organizadas etc”, sendo que “a própria forma de funcionamento dos movimentos é uma contestação aos padrões dominantes, de modo que os movimentos praticam no presente as mudanças pelas quais lutam no futuro”.

Por vezes, os movimentos sociais podem sentir necessidade de uma “organização mais estável”. Quando isso ocorre são criadas instituições como associações, partidos e/ou sindicatos. Apesar de indispensáveis à luta do povo, a criação de organizações “estáveis” tem aspectos negativos como, por exemplo, a burocratização, que, também, acaba facilitando o controle do movimento pelo Estado através dos governos/governantes em suas três instâncias. Outra implicação é que as instituições acabam por colocar a própria organização acima do movimento, deixando, assim, de representar a base. Quando isso ocorre, os interesses da instituição acabam coincidindo com os interesses de quem está na direção, criando uma cisão

entre as diretorias e a base e “devido a esse poder de controle, as instituições populares correm o risco de serem cooptadas e instrumentalizadas pela classe dominante” (CEAS 1999, p. 116-117).

A discussão sobre movimentos sociais nas ciências humanas é um tema bastante discutido (VIOLA *et. al.*, 1989; FERNANDES, 1999; 2001; ALENTEJANO, 2007). Contudo, no âmbito da Geografia, a construção de uma reflexão teórica sobre os movimentos sociais é recente (FERNANDES, 2001) e, mesmo assim, para muitos é tratada como modismo e abandonada assim que outras tendências emergem (ALENTEJANO, 2007).

Bernardo Mançano Fernandes tem se esforçado para estudar o movimento social como categoria geográfica (FERNANDES, 1999; 2001; 2005), pois compreende que “não é possível fazer uma leitura geográfica dos movimentos sociais utilizando somente categorias de outras áreas do conhecimento” (FERNANDES, 2001, p. 50). O empenho desse professor em construir os referenciais para teorizar os movimentos sociais na Geografia, foi reforçado com o apoio de Jean-Yves Mantin, professor da Universidade Michel de Montaigne (Bordeaux III). Juntos cunharam o conceito de movimento socioespacial, utilizado para denominar os movimentos que tem o espaço, em suas diferentes dimensões (social, político, econômico), como trunfo (FERNANDES, 2001).

Por considerar o movimento socioespacial como um conceito muito “amplo”, Fernandes (2001, p. 51;52), passou a considerar a existência de movimentos socioterritoriais, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST). Para este professor de Geografia, os movimentos socioterritoriais buscam materializar suas lutas através da conquista de “algumas frações do território” como, por exemplo, a “terra de trabalho”. Portanto, sua atuação é isolada e territorializada, pois tem o “território como trunfo” – diferindo dos movimentos socioespaciais, que “lutam por dimensões, recursos ou estruturas do espaço geográfico”.

Paulo Roberto Raposo Alentejano, ao realizar um balanço crítico da teorização geográfica acerca dos movimentos sociais, salienta que o debate sobre os movimentos sociais “nas ciências sociais é tributário daquele sobre classes sociais”. Nessa linha, os movimentos sociais “podem ser vistos como expressão dos conflitos de classe e parte destes ou como uma nova forma de expressão política, independente da problemática das classes sociais e até antagônica a esta”. Desse modo, a partir dos anos 1960 surge uma “série de conflitos sociais não diretamente ligados à dimensão do trabalho” tais como as questões raciais, de gênero e ambientais.

Aproximando-se das discussões sobre novas formas de luta por múltiplas dimensões do espaço geográfico destaca-se os Fóruns de EJA. Os fóruns, entendido aqui para além de espaços

físicos, são locais de trocas de ideias, saberes e intercâmbio de experiências. Atualmente, com o avanço dos meios de comunicações, os fóruns também podem ser compreendidos como “um espaço na web onde diferentes pessoas se comunicam acerca de um assunto específico” (URPIA, 2009, p. 56).

No que se refere aos Fóruns de EJA no Brasil, é possível afirmar que compreendem um espaço de reivindicações e debates, onde homens e mulheres, unidos na luta pelo direito a educação de jovens e adultos, ou seja, refletem sobre os desafios na construção da educação desses sujeitos trabalhadores (URPIA, 2009).

No Brasil, os Fóruns de EJA tiveram início em 1996 com a criação do Fórum de EJA do Rio de Janeiro, sendo parte do processo preparatório de mobilização para V Conferência Internacional da Educação de Adultos (V CONFINTEA) por meio da realização de encontros por todo território nacional (ARAÚJO, *et al.*, 2016). Na Bahia, o coletivo iniciou suas ações em 1999, mas a instituição do Fórum ocorreu em 2002, com a realização do I Encontro da EJA da Bahia (URPIA, 2009).

Desde sua criação, os Fóruns de EJA vem sendo espaços de resistências, reflexões e articulações para pensar a educação de jovens e adultos no Brasil (ARAÚJO, 2016). Nesse contexto, tais Fóruns formam um coletivo composto por diversos sujeitos da EJA, movimentos sociais, representantes de governos, organizações – não governamentais, universidades, educadores e educadoras e demais seguimentos que militam por uma educação de jovens e adultos (ARAÚJO *et al.*, 2016; URPIA, 2009).

Devido ao seu reconhecimento e atuação, os Fóruns de EJA formavam um colegiado ao qual o Ministério da Educação tinha diálogo por meio de agenda da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), como também, possuía representação na Comissão Nacional de Alfabetização de Jovens e Adultos⁶ (CNAEJA). Assim, os Fóruns formam “uma opinião pública que ganha força para ‘obrigar’ os governos a conceber, realizar e avaliar políticas públicas que possam resultar em modificações na situação de desigualdade vivida pelos homens e mulheres de nosso tempo” (URPIA, 2009, p. 56).

Atualmente, todos os Estados brasileiros e o Distrito Federal possuem Fóruns de EJA, contando ainda com dezenas de Fóruns Regionais. Com o fortalecimento dos Fóruns, há um fortalecimento desta modalidade nas políticas públicas, inserida nos financiamentos públicos

⁶ O uso do tempo verbal no passado ocorre por não saber como ficará o reconhecimento dos Fóruns EJA após a publicação do Decreto 9.759/2019.

como parte das agendas administrativas do poder legislativo e executivo (URPIA, 2009; FARIA, 2014).

Diante desse contexto de articulação, reivindicações e resistências, os Fóruns de EJA se colocam em movimento, em ação. No entanto, não existe consenso por parte dos membros dos Fóruns sobre essa concepção dos Fóruns de EJA enquanto movimento social. Ora, compreendem como movimento, ora compreendem como espaço de articulação política (ARAÚJO et al., 2016).

A REALIDADE CONCRETA DO TERRITÓRIO VALE DO JIQUIRIÇÁ COMO PAUTA DAS LUTAS SOCIAIS

Os pesquisadores que tem se debruçado sobre os Fóruns de EJA refletem se esse coletivo se trata de um movimento da EJA ou se seria a EJA em movimento. Não obstante as problematizações de ordem teórica, o importante a ser considerado é que a participação requer ação, comprometimento e engajamento. Entretanto, a participação exige o acesso à informação, de modo que o sujeito possa problematizar o cotidiano (URPIA, 2009).

Neste sentido, é relevante que os professores da EJA no Vale do Jiquiriçá, especialmente os engajados na construção do Fórum regional, ampliem o raciocínio geográfico no sentido de compreender que a prática cotidiana é plena de espacialidade e, principalmente, que a universalização da educação é impossível na lógica capitalista em que vivemos.

Para subsidiar a construção de uma posição crítico-reflexiva, será apresentado uma breve reflexão sobre a região do Vale do Jiquiriçá trazendo dados sobre a dinâmica dos municípios e a vida dos 301.682 habitantes (IBGE, 2010) que ocupam esse recorte espacial cuja área é de 10.741,02 Km² (IBGE, 2017).

A origem dos municípios do Vale do Jiquiriçá está atrelada ao desmembramento de quatro troncos de formação, são eles: a Vila de Nossa Senhora do Rosário de Cairu (que fazia parte da Capitania de São Jorge dos Ilhéus); a Vila de Nossa Senhora da Ajuda do Jaguaripe, a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira e a Vila de Santo Antônio da Jacobina (que fazia parte da Capitania Bahia de Todos os Santos), como pode ser notado no Quadro 1.

Segundo Ana Maria Carvalho dos Santos Oliveira, a apropriação das terras para formação dos núcleos que foram compondo o atual recorte administrativo chamado Território

de Identidade Vale do Jiquiriçá, ocorreu através do regime sesmarial⁷ (1530-1822), ainda na segunda metade do século XVI. Essa apropriação está relacionada a introdução das culturas de cana, mandioca e fumo (OLIVEIRA, 2000).

Quadro 1 – Origem dos municípios do Vale do Jiquiriçá:

CAPITANIA DE SÃO JORGE DOS ILHÉUS (1534)				
Vila de Nossa Senhora do Rosário de Cairu (1608) e Cairu (1608)				
Nova Valença do Santíssimo	Senhor do Bonfim das Velhas (1833)	Capela Nova de Jiquiriçá (1891)	<u>Jiquiriçá (1891)</u>	<u>Mutuípe (1926) *</u>
Coração de Jesus (1799) e Valença (1849)	Vila de Jiquiriçá (1868)	São Vicente Ferrer de Areia	Areia (1891)	<u>Ubaira (1944)</u>
			Jaguaquara (1921)	<u>Itiruçu (1935)</u>
				Apuarema (1989)
			<u>Santa Inês (1924)</u>	<u>Itaquara (1926)</u>
			<u>Cravolândia (1962)</u>	
				<u>Irajuba (1962)</u>
CAPITANIA BAHIA DE TODOS OS SANTOS (05/04/1534)				
Vila de Nossa Senhora da Ajuda do Jaguaripe (1697) e Jaguaripe (1899)				
Vila de Nossa Senhora de Nazaré (1831) e Nazaré (1849)	Santo Antônio de Jesus (1880)		<u>São Miguel das Matas (1891)</u>	
			Varzedo (1989)	
	Santa do Aratuípe/Aratuípe (1890) e Aratuípe (1891)		<u>Laje (1905)</u>	
Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira (1698) e Cachoeira (1837)				
Vila de Nossa Senhora de Nazaré da Pedra Branca (1761) e Santa Terezinha (1761)	Vila de Nossa Senhora do Bom Conselho de Amargosa (1877) e <u>Amargosa (1891)</u>	<u>Brejões (1924)</u>		<u>Nova Itarana (1962)</u>
		<u>Milagres (1961)</u>		
			Iaçu (1958)	
			<u>Elísio Medrado (1962)</u>	
			Itatim (1989)	
Vila de Santo Antônio da Jacobina (1720) e Jacobina (1880)				
Santíssimo Sacramento das Minas do Rio de Contas (1724) e Rio de Contas (1885)	Vila de Santa Isabel do Paraguaçu (1847) e Mucugê (1890)	<u>Maracás (1855)</u>		<u>Jequié (1897)</u>
				<u>Lafayette Coutinho (1962)</u>
				Marcionílio Souza (1962)
				<u>Planaltino (1962)</u>
				<u>Lagedo do Tabocal (1989)</u>

*Os municípios sublinhados fazem parte do Território Vale do Jiquiriçá. Em itálico, são municípios onde vivem os participantes do Curso FIC

FONTE: SEI, 2001.

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Colocação semelhante é abordada por Olalde *et. al.* (2009), quando afirmam que a ocupação histórica do Vale do Jiquiriçá, com exceção do seu extremo oeste, se deu a partir do Recôncavo Sul. Esse processo está atrelado a expansão e a diversificação da produção de

⁷ O regime sesmarial consiste na “concessão de terras devolutas a particulares baseado em requisitos que dificultavam a legalização da ocupação indiscriminada dos terrenos” (MARTINS, 1979, p. 29).

gêneros alimentícios para exportação e mercado interno, o que atingiu as zonas mais interioranas culminando com a fundação de cidades ao longo do Rio Jiquiriçá.

Nessa mesma linha, Milton Santos também fez algumas considerações acerca do processo de ocupação da parte leste do Vale Jiquiriçá, especialmente em relação ao que ele, juntamente com pesquisadores vinculados ao Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Universidade de Federal da Bahia (UFBA), denominaram como Região Amargosa, recorte espacial formado pelos municípios de Brejões, Laje, Santa Terezinha e São Miguel das Matas, sob a liderança de Amargosa, que exercia a condição de centro econômico em decorrência da produção cafeeira⁸ (SANTOS, 1963).

A dinâmica agrícola do Vale do Jiquiriçá se fortalece com a criação da ferrovia *Tram Road Nazareth*, cujo traçado seguia o antigo caminho de boiadas, conhecido desde o início do século XIX (ZORZO, 2000). O primeiro trecho da Estrada foi inaugurado, em 1875, partindo de Nazaré, atravessando o Vale do Rio Jiquiriçá até alcançar seu ponto extremo em Jequié, uma distância de 290 km que só foi completada em 1927 (ZORZO, 2000; LINS, 2007).

Em 1892, foi construído Ramal da Estrada de Ferro interligando Amargosa ao porto de Nazaré. O principal objetivo desta ferrovia era o escoamento da produção agrícola ligando as zonas produtivas do interior com os portos do litoral. A linha férrea incluía, também, serviços urbanos agenciados regionalmente como telégrafo, correio e outras atividades sociais e comunicativas, como o transporte de passageiros. Isso ocorreu até a decadência da ferrovia, a partir de 1945, ou seja, quando houve a “morte do trem”⁹ e a progressiva implantação do sistema rodoviário (SANTA INEZ, 1982; ZORZO, 2000; LINS, 2007).

Outro ponto que merece destaque é a composição social do Vale do Jiquiriçá. Segundo Lins (2007, p. 70-71), a composição social da “Região de Amargosa” originou-se de três frentes: a) perseguidos pela seca que assolava o Nordeste brasileiro; b) imigrantes de nacionalidade italiana, portuguesa e/ou espanhola. A maioria desses migrantes ingressou no

⁸ A Região Amargosa situava-se numa “faixa intermediária entre a zona litorânea e o sertão baiano, tendo ao norte a região econômica do fumo e ao sul a de cacau (...) algumas culturas tradicionais do Recôncavo ali se instalaram: em pequena escala, a mandioca e a cana-de-açúcar. O fumo, a mais antiga dessas lavouras, é mais intensamente cultivado; parece que, recuou do litoral na segunda metade do século XVIII, atingindo o município de Castro Alves, depois Amargosa. O café sombreado veio de Maragogipe e espalhou-se, largamente, pelas encostas íngremes, que foram plantadas com culturas de subsistências para alimentar pequenas casas de farinha, alambiques e engenhocas” (SANTOS, 1963, p. 3).

⁹ Para Antônio Leal de Santa Inez, escritor natural de Laje, a “morte do trem”, “aquele monstro mecânico e barulhento” que “cortava de progresso e de alegria a pasmaceira daqueles sertões”, “determinou o urbanicídio do sudoeste”. Ainda segundo o escritor, “as rodovias viriam depois. Mas já sem o encantamento do trem. Sem a lentidão, sem a sua poesia, sem a sua certeza de chegar e incerteza de quando chegar” (SANTA INEZ, 1982, p. 30; 53; 84).

comércio com os armazéns “de secos e molhados” exportando produtos agrícolas e importando artigos manufaturados em operações com suas filiais nos seus países de origem; c) dos africanos que chegaram à Região na condição de escravos para executar os trabalhos na cultura do café.

Todas as informações apresentadas demonstram que a região do Jiquiriçá tem uma natureza essencialmente rural, muito embora desde o Censo Populacional de 2000, o Vale apresente-se como urbanizado¹⁰. Assim, no Vale do Jiquiriçá, como na grande maioria dos municípios situados no interior do país, as atividades agropecuárias permanecem constituindo uma importante fonte de trabalho e renda, especialmente para os agricultores familiares.

No Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, a população total é formada por 301.682 habitantes, sendo que 174.633 pessoas vivem no espaço urbano (58%) e 127.049 permanecem no espaço rural (42%). Parte desses sujeitos ocupam um dos 25.997 estabelecimentos rurais existentes nos 20 municípios que compõem esse recorte espacial, o que compreende uma área de 791.478 hectares. Com base nesses dados, não seria aventurado afirmar que parte significativa dos 42% de habitantes que vivem no campo realizam suas condições materiais de existência a partir da produção agrícola, seja através do trabalho realizado em um dos 22.547 estabelecimentos que compõem a forma espacial denominada de agricultura familiar (86,7%) ou em uma das 3.450 unidades produtivas da agricultura não familiar (13,3%) (IBGE, 2006; 2010; 2017).

Outro dado importante é que essa região se caracteriza por baixos indicadores socioeconômicos. No Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, 51,3% da população possui rendimento nominal mensal *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo (IBGE, 2010). Esse percentual se expressa tanto no salário médio mensal dos trabalhadores formais – que é de 1,59 salários mínimos (IBGE, 2016) – quanto na média da *renda per capita* dos municípios – que é R\$ 6.993,44 (IBGE, 2014). Em termos regionais, a taxa de escolarização, entre 6-14 anos, é de 97,5% (IBGE, 2010). Entretanto, a média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), nos anos iniciais do Ensino Fundamental, é de 4,3, ao passo que nos anos finais esse índice cai para 3,3 (IBGE, 2015).

Os professores que participam do Curso FIC do Programa Pró-extensão Edital Interno nº 01/2018, vivem em cinco dos vinte municípios que compõem o Território de Identidade Vale

¹⁰ Acompanhando a série histórica, verifica-se que os municípios que compõem o Território de Identidade Vale do Jiquiriçá permaneceram rurais até o Censo Populacional de 1991, quando a população total era de 274.916 habitantes, sendo que 124.378 (45%) viviam na cidade e 150.538 (55%) no campo. A inversão ocorreu somente no Censo de 2000, quando os municípios do Território se urbanizaram e dos 299.592 habitantes, 162.559 (54%) passaram a viver na cidade e 137.033 (46%) permaneceram no campo (LIMA, 2017).

dos Jiquiriçá, são eles: Amargosa, Mutuípe, Nova Itarana, Santa Inês e Ubaíra. Tais unidades federativas, apresentam realidades socioeconômicas distintas, mas, em comum, expressam a desigualdade social do país. De modo geral, suas famílias fazem parte das classes populares e tem nas atividades agropecuárias uma importante fonte de trabalho e renda. Os cinco municípios citados, conforme Tabela 1, concentram 94.348 habitantes, o que corresponde a 31,3% da população do Vale do Jiquiriçá (IBGE, 2010).

Tabela 1 – População municípios onde vivem os professores participam do Curso FIC (2010):

Municípios	Total	Urbana Nº	Rural Nº	Urbana %	Rural %
Amargosa	34.351	24.891	9.460	72,5	27,5
Mutuípe	21.449	9.659	11.790	45	55
Nova Itarana	7.435	2.715	4.720	36,5	63,5
Santa Inês	10.363	9.514	849	92	8
Ubaíra	19.750	8.822	10.928	44,7	55,3
TOTAL	93.348	55.601	37.747	60	40

FONTE: IBGE. Censo Populacional 2010 *apud* e-SIC (2014).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Os cinco municípios juntos possuem uma alta taxa de urbanização, ou seja, 60% dos habitantes vivem na cidade. Entretanto, Mutuípe, Nova Itarana e Ubaíra permanecem rurais numa conjuntura que tem sido comum o esvaziamento do campo. Outro dado que merece ser destacado é que os cinco municípios possuem 9.261 estabelecimentos rurais, conforme Tabela 2, o que equivale a 35,6% do total do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá. Podemos observar que dentre os estabelecimentos, predominam aqueles categorizados como da agricultura familiar o que ajuda a compreender como três dos cinco municípios permanecem com suas populações concentradas no espaço rural.

Tabela 2 – Estabelecimentos rurais dos municípios onde vivem os professores que participam do Curso FIC (2006):

Municípios	Total estabelecimentos rurais	Quantidade estabelecimentos da agricultura familiar	Percentual estabelecimentos da agricultura familiar	Quantidade estabelecimentos da agricultura não familiar	Percentual estabelecimentos da agricultura não familiar
Amargosa	2.103	1.839	87,4	264	12,6
Mutuípe	3.410	3.125	91,6	285	8,4
Nova Itarana	524	435	83	89	17
Santa Inês	173	106	61,3	67	38,7
Ubaíra	3.051	2.740	89,8	311	10,2
TOTAL	9.261	8.245	89%	1.016	11%

FONTE: IBGE Censo Agrícola e Agropecuário 2006 *apud* GeografAR (2011).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

É importante registrar, também, que, de acordo com o Censo 2006, todos os municípios do Território de Identidade têm a mesma fração mínima da propriedade, que é de 2 hectares¹¹. Em relação ao módulo fiscal, com exceção de Elísio Medrado, cujo dimensão é 50 hectares, em todos os demais municípios o módulo tem 35 hectares¹². Entretanto, nos cinco municípios onde vivem os professores que participam do Curso FIC, um percentual elevado de estabelecimentos possui menos de 5 hectares, conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Estrutura fundiária das propriedades com até 5 ha municípios onde vivem os professores que participam do Curso FIC (2006):

Municípios	Estabelecimento (n°)	Área (ha)	Estabelecimento (%)	Área (%)
Amargosa	963	889	45,78	2,59
Mutuípe	1.649	1.439	48,35	6,67
Nova Itarana	91	91	17,37	0,24
Santa Inês	29	30	16,76	0,09
Ubaíra	1.095	988	35,9	1,37

FONTE: IBGE Censo Agrícola e Agropecuário 2006 *apud* GeografAR (2011).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Nota-se que em Mutuípe, município com o maior número de estabelecimentos rurais do Vale do Jiquiriçá, cerca de 48% das propriedades tem até 5 hectares e ocupam 6,67% da área total do município. Contudo, as maiores propriedades desse município ficam na faixa de área entre 200 e 500 hectares. Já no município de Amargosa, no qual quase 46% das propriedades tem até 5 hectares ocupando 2,59% de toda área, existe 1 única propriedade com 2.500 ou mais hectares. Em casos de latifúndios com extensão territorial acima de 2.500 hectares os órgãos do Estado não informam a área.

Nos demais municípios, Nova Itarana, Santa Inês e Ubaíra, a quantidade de propriedades com até 5 hectares é bastante significativa, mas a área ocupada é irrelevante. Porém, no outro

¹¹ A fração mínima é a menor área em que um imóvel rural, num determinado município, pode ser desmembrado para a venda (INCRA, 2015).

¹² O módulo fiscal é uma unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando o tipo de exploração predominante, as condições edafoclimáticas renda obtida com tal exploração ou com outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada e o conceito de propriedade familiar (INCRA, 2015). Constitucionalmente, um imóvel rural com área entre 1 e 4 módulos fiscais é uma pequena propriedade. Já o imóvel com área superior a 4 e até 15 módulos fiscais é uma média propriedade, nos termos do artigo 4º da Lei nº. 8.629 de 25 de fevereiro de 1993 que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Já o minifúndio é o imóvel rural com área inferior a 1 módulo fiscal (INCRA, 2015).

extremo, os três municípios tem propriedades na faixa de área entre 1.000 e 2.500 hectares. Em Santa Inês, por exemplo, 11 estabelecimentos (6,36%) tem uma área total de 14.618 hectares (43,88%). Já em Nova Itarana, 5 estabelecimentos (0,95%) tem uma área total de 6.849 hectares (18,53%). Situação semelhante ocorre em Ubaíra, no qual 5 estabelecimentos (0,16%) tem uma área total de 6.796 hectares (9,39%) (IGBE, 2006).

A concentração da propriedade da terra tem desdobramentos, por exemplo, no rendimento nominal mensal *per capita* dos pouco mais de 94 mil habitantes, pois 51,6% da população tem rendimento de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Nesse quesito, Nova Itarana e Amargosa se destacam, respectivamente, com a maior e a menor desvantagem em termos de posição dentre os cinco municípios onde vivem os professores que participam do Curso FIC, com 57,5% e 46,7% da população com rendimento *per capita* mensal de $\frac{1}{2}$ salário mínimo (IBGE, 2010). Esses indicadores levantam uma importante questão: como vivem os estudantes da EJA? Essa questão, embora estruturante, não tem o propósito de ser respondida nesse texto, mas de ser problematizada e provocar futuras reflexões.

Esse dado é corroborado quando se verifica, que a média do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) desses cinco municípios é 0,581. Tal qual o dado anterior, Amargosa sobressai com o melhor IDH-M do Vale com 0,625 e ocupando a 74ª posição se comparado com o universo dos 417 municípios baianos. Uma situação inversa ocorre com Nova Itarana, com o Índice de 0,524 e ocupando a 409ª posição em relação a Bahia (IBGE, 2010). Essas variáveis só reforçam a importância e a necessidade de se demandar por políticas públicas que possam reverter situações tão desiguais.

As desigualdades se expressam, também, no valor da renda *per capita* desses municípios, pois Amargosa tem uma renda individual de R\$ 7.839,79 e Nova Itarana R\$ 4.876,29 (IBGE, 2014). Outro dado importante é que os trabalhadores formais desses municípios recebem, em média, 1,5 salários mínimos (IBGE, 2016).

Todas essas variáveis dão corpo ao processo de ensino e de aprendizagem na região. Nesses termos, como fica estruturação das escolas? Há comprometimento em relação ao espaço físico para realização de atividades pedagógicas? E a atuação dos professores é marcada pelo excesso de carga horária de aulas e turmas?

Os municípios de Amargosa, Mutuípe, Nova Itarana, Santa Inês e Ubaíra, possuem 146 escolas que ofertam a Educação Básica – o que equivale a 32% do número de estabelecimentos do Vale do Jiquiriçá – com 16.489 matrículas – equivalente a 28,8% dos estudantes desse segmento na região (IBGE, 2017). Para atender a esse público, o conjunto de municípios

dispõem de 1.002 professores – o que corresponde a 33% dos profissionais da educação do Vale (IBGE, 2015).

O IBGE não sistematiza dados individualizados para a modalidade EJA. Entretanto, identificou-se a existência de um espaço virtual que possibilita a consulta dos principais indicadores sociais relacionados à infância e a adolescência no Brasil. Trata-se do Observatório da Criança e do Adolescente da Fundação Abrinq. A partir dessa ferramenta, foi possível acessar o quantitativo de matrículas no Ensino de Jovens e Adultos entre 2010 e 2018. Em 2018, foram feitas 3.431 matrículas nos cinco municípios onde vivem os professores do Curso FIC, sendo 1.448 matrículas em Amargosa; 645 em Mutuípe; 600 em Ubaíra; 436 em Santa Inês; e 302 em Nova Itarana. Apesar do silenciamento do Estado em relação a EJA, a própria sociedade civil tem encontrado formas de se articular e pensar essa modalidade, como vem sendo feito pelos Fóruns de EJA.

PARA NÃO CONCLUIR

A tentativa de produzir um material sistematizando os nexos entre o modo de produção capitalista, os movimentos sociais e a realidade socioespacial no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá foi proposto para apoiar os profissionais professores que estão se articulando no Fórum EJA de modo contextualizado.

As considerações apontam que a questão agrária, ou seja, a forma como a população do Vale foi se apropriando da terra, é uma questão a ser observada pelos professores da EJA. Essa assertiva se fundamenta no fato de que grande parte dos jovens e adultos inseridos nessa modalidade, além de precisar de apoio para a efetivação do direito à educação, precisa de apoio para conseguir as garantias de reprodução social, sendo que a posse da terra é estruturante.

Isso denota que professores da EJA tem o desafio da relacionar as lutas em defesa de educação às lutas em defesa do acesso/permanência na terra, pois exige-se deles a reflexão dos seguintes pontos: a) o caráter educativo dos movimentos sociais em suas próprias ações; b) a interação dos movimentos com instituições educacionais; c) saberes políticos e estratégicos para a consecução e desenvolvimento da EJA. Ou seja, os professores da EJA são convocados a defender uma “geografia subversiva”.

Podemos citar avanços, no âmbito institucional, que poderão contribuir para articular as múltiplas territorialidades que se conformam material e imaterialmente no espaço geográfico do Vale. Neste sentido, trabalha-se para a instalar o Fórum Regional de EJA nessa região em parceria com o Fórum Regional do Recôncavo Baiano (MALTA, 2018). Algumas ações tem sido executadas para fortalecer a EJA no Vale, como a oferta, em caráter optativo, do

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

componente curricular “Educação de Jovens e Adultos” como complemento a abordagem das modalidades educacionais inclusa no componente Pesquisa e Prática Pedagógica III dos Cursos de Licenciatura em Biologia e Geografia do IF Baiano *Campus* Santa Inês. Além disso, cabe registrar a realização do Curso FIC “A aprendizagem ao longo da vida”, no âmbito Edital Interno nº 01/2018/IF Baiano/PROEX/CPPEX, e a recente aprovação da primeira Pós-graduação *lato sensu* do *Campus* Santa Inês, em Educação de Jovens e Adultos Articulada a Educação Profissional. Mesmo assim, é preciso pensar:

- a) Como ficará a (in)visibilidade dos sujeitos da EJA e da educação popular a partir do momento em que os agentes hegemônicos trabalham “expurgando a ideologia de Paulo Freire” e pensando que “a educação à distância “deve ser considerada como alternativa para as áreas rurais onde grandes distâncias dificultam ou impedem aulas presenciais”? – tal qual expresso na proposta ganhadora nas eleições presidenciais de 2018 e intitulada “O caminho da prosperidade”.
- b) Como podemos driblar tantas desigualdades nesse lento caminho da prosperidade, se muitas instâncias de representação social estão fadadas ao silenciamento em face do Decreto 9.759/2019 “que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiado da administração pública federal”. Como fica o Fórum EJA?

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. Os movimentos sociais rurais e a teoria geográfica. In: MARAFON, Glaucio José. RUA, João. RIBEIRO, Miguel Ângelo (Orgs.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 97-117

ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio de. et al. Fóruns EJA no Brasil: Minas Gerais na defesa da Educação de Jovens e Adultos. In: SILVA, Otavio Henrique Ferreira da; FREITAS, Sumika Soares de; CARA, Daniel Tojeira (org.) **Fóruns de Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Dictio Brasil, 2016. p.142-181.

CAVALCANTI, Lana de Souza. A Geografia e a realidade escolar contemporânea: avanços, caminhos, alternativas. In: SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – PERSPECTIVAS ATUAIS, 1., 2010, Belo Horizonte. **Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento**, Belo Horizonte: [S.l.], 2010, p. 1-16.

CEAS. Movimentos sociais e poder popular. **Caderno do CEAS**, Salvador, n. 182, p. 113-119, jul./ago., 1999.

FARIA, Edite Maria da Silva de. **A luta social ensina: o direito à educação na vida de mulheres e homens sisaleiros**, Assentamento Nova Palmares-Conceição do Coité-BA. Salvador: UNEB, 2014. (Doutorado em Educação e Contemporaneidade).

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente-SP, ano 8, n. 6, p. 24-34, jan./jul. 2005.

_____. Movimento social como categoria geográfica. In: FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária atual, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da nossa época, v. 92). p. 49-86.

_____. **MST: formação e territorialização em São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. (Geografia: teoria e realidade).

GERMANI, Guiomar Inez. Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro. **GeoTextos**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 115-148, dez. 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 3 mar. 2017.

_____. **Censo Agropecuário, 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

IF BAIANO. **Curso de Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos**. Santa Inês: SETEC/MEC, 2019.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>>. Acesso em: 2 jun. 2015.

LACOSTE, Yves. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 2.ed. Campinas, SP: Papirus, 1989.

LIMA, Aline dos Santos. Panorama da questão agrária no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá (BA). In: ENCONTRO BAIANO DE ESTUDANTES DE GEOGRAFIA, 13., 2017, Santa Inês-BA. **Anais XIII EBEGEO**. Santa Inês-BA: IF Baiano, 2017. p. 1-13.

LINS, Robson Oliveira. **A Região de Amargosa: transformações e dinâmica atual (Recuperando uma contribuição de Milton Santos)**. Salvador: UFBA, 2007. (Mestrado em Geografia).

MALTA, Arlene Andrade. **A aprendizagem ao longo da vida: formação continuada de professores da EJA/Proeja no Vale do Jiquiriçá**. Santa Inês-BA: IF Baiano, 2018. (Edital Interno nº 01/2018/IF Baiano/PROEX/CPPEX).

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Livraria Editoria Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Clássicos).

MOREIRA, Ruy. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, Milton. *et al.* (Orgs.). **Território, territórios: ensaio sobre o ordenamento**. 2. Ed. Niterói-RJ. DP&APPGEO/UFF, 2006.

_____. **O que é Geografia**. 8. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Coleção primeiros passos; 48).

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

OBSERVATÓRIO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Disponível em: <<https://observatoriocrianca.org.br>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

OLALDE, Alicia RUIZ. *et al.* **Dinâmicas Rurais Territoriais no Vale de Jiquiriçá, Bahia, Brasil**: Resultados da 1ª fase de pesquisa. Universidade Federal da Bahia/Projeto Geografar, 2009.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Recôncavo Sul**: terra, homens economia e poder no século XIX. Salvador: UFBA, 2000. (Mestrado em História).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia**. Tradução Líliliana Lagana Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção Geografia e Sociedade, v. 1).

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. (Série Temas Geografia Política, v. 29).

SANTA INEZ, Antônio Leal de. **As estradas da esperança**. São Paulo: Clube do Livro, 1982.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: EdUSP, 2002. (Coleção Milton Santos, v. 2).

SANTOS, Milton (Coord.). **A Região de Amargosa**. Salvador: Comissão de Planejamento Econômico, 1963.

SEI. **Evolução territorial e administrativa do estado da Bahia**: um breve histórico. Salvador: SEI, 2001. (Série estudos e pesquisas, 56).

SEPLAN. Secretaria do Planejamento da Bahia. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

URPIA, Maria de Fátima Mota. **Fórum EJA Bahia**: implicação na definição da política pública da educação de jovens e adultos. Salvador: UCSAL, 2009. (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania).

VIOLA, Eduardo José. SCHERER-WARREN, Ilse. KRISCHKE, Paulo. (Orgs). **Crise política, movimentos sociais e cidadania**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1989.

ZORZO, Francisco Antônio. Retornando à história da rede viária baiana: o estudo dos efeitos do desenvolvimento ferroviário na expansão da rede rodoviária da Bahia (1850-1950). **Revista Sitientibus**, Feira de Santana-BA, n. 22, p. 99-115, jan./jun. 2000.